



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDA MOREIRA CAVALCANTI

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: uma questão em debate.

CAMPINA GRANDE- PB

2015

FERNANDA MOREIRA CAVALCANTI

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: uma questão em debate.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB), Campus I, em cumprimento
às exigências para obtenção de título de
Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ªDr^ª Mônica Barros da Nóbrega

CAMPINA GRANDE - PB
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C377e Cavalcanti, Fernanda Moreira
Estágio supervisionado em Serviço social [manuscrito] : uma questão em debate / Fernanda Moreira Cavalcanti. - 2015.
34 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega, Departamento de Serviço Social".

1. Serviço social. 2. Formação profissional. 3. Estágio supervisionado. I. Título.

21. ed. CDD 361

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: uma questão em
debate**

FERNANDA MOREIRA CAVALCANTI

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual
da Paraíba (UEPB), Campus I, em
cumprimento às exigências para
obtenção de título de Bacharelado em
Serviço Social.

Aprovada em 18/06/2015

CONCEITO FINAL: 9,5

BANCA EXAMINADORA

Mônica Barros da Nóbrega

Prof(a) Dr^a Mônica Barros da Nóbrega
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Orientadora

Aliceane de Almeida Vieira

Prof^a Ma. Aliceane de Almeida Vieira
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Examinadora

Cecília de Lourdes Florêncio Aragão

Cecília de Lourdes Florêncio Aragão
Assistente Social do Hospital de Trauma de Campina Grande-PB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a Deus. A Ele toda honra e toda Glória. Quando pensava que não conseguiria concluir esta etapa de minha formação profissional ele sempre esteve presente, me tornando forte para vencer cada etapa desta batalha.

A minha mãe Maria Aparecida Alves Ferreira Cavalcanti, por ter acreditado em todo momento em mim e ser essa pessoa guerreira que me ensina muito a cada dia.

A meu pai Fernando Moreira Cavalcanti que mesmo de forma reservada se fez presente nessa trajetória.

A minha irmã, amigos, familiares, por estarem sempre por perto, ao meu namorado e futuro noivo Emanuel Ferreira Barbosa, por ter me dado apoio nos momentos difíceis ao longo dos anos letivos, e ao corpo docente desta universidade, por todo o conhecimento transmitido, o qual levarei por toda a vida.

AGRADECIMENTOS

Numerosas foram as dificuldades enfrentadas para conclusão deste curso, mas a graça e misericórdia de Deus, que sempre esteve comigo, me permitiu seguir adiante e vencer mais uma etapa em minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus, minha família que sempre me acompanhou e me incentivou a nunca desistir dos meus sonhos, em especial aos meus amados pais Maria Aparecida e Fernando e minha querida irmã Larissa.

Ao meu querido e amado Emanuel, pela compreensão e apoio nesse processo de conclusão.

À minha estimada orientadora Mônica Barros da Nobrega, pela sua compreensão, paciência, ética, profissionalismo e toda dedicação que foi essencial para elaboração e conclusão deste artigo.

Ao Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, na pessoa de Cecília Aragão, por abrir as portas e nos dar a oportunidade de conhecer e vivenciar a prática profissional do assistente social, bem como as assistentessociais que nos acompanharam no decorrer do estágio supervisionado obrigatório, Nathália, Tatiana, Denimagna e Wilma.

Às minhas amigas irmãs conquistadas no curso Bruna e Poliana, pessoas especiais que sempre levarei comigo, assim como toda a turma que fez a diferença nessa caminhada e cada um que compunha a turma, tem meu carinho em especial.

À todos aqueles que torcem por mim direta ou indiretamente.

À banca examinadora, por ter aceitado o convite para participar deste momento e compartilhar comigo os seus conhecimentos, na conclusão de mais um ciclo de minha vida.

E, por último, e não menos importante, meu agradecimento aos meus mestres e mestras que contribuíram com meu crescimento intelectual, profissional e pessoal, que me incentivaram a não desistir de lutar diante das dificuldades.

À todos, meus sinceros agradecimentos.

FERNANDA MOREIRA CAVALCANTI

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: uma questão em debate.

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de análise o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, no atual contexto de crise estrutural do capitalismo e da contrarreforma do ensino superior no Brasil, buscando destacar os desafios postos à prática do estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social, tendo em vista o que recomenda a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Particulariza o estágio como o momento potencializador dos grandes questionamentos sobre o sentido atribuído à relação entre a teoria e a prática e as formas como se expressa essa relação no cotidiano profissional, bem como ressalta o papel fundamental que a supervisão de estágio assume no processo didático-pedagógico, capaz de relacionar as dimensões teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais compõem a formação e o exercício profissional. Fundamenta-se na perspectiva histórica crítica dialética de base marxiana/marxista, com a intenção de alcançar o objetivo proposto. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, envolvendo parte significativa da produção teórica-crítica do Serviço Social disponível sobre o tema. A partir do estudo foi possível apreender a existência de diversos desafios para a efetivação do Estágio Supervisionado Obrigatório, dentre eles, a contrarreforma do ensino superior, as transformações no mundo do trabalho, o perfil do discente e do docente, dentre outros, que indiscutivelmente repercutem no processo ensino-aprendizagem, em particular no Estágio Supervisionado Obrigatório. Os resultados apontam para a necessidade de se pensar o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social inserido no movimento do real, considerando as condições objetivas e subjetivas nas quais ele ocorre.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado.

ABSTRACT

This article is analyzed in the supervised binding in Social Services, in the current context of structural crisis of capitalism and counter-reform of higher education in Brazil, with special emphasis on the challenges posed to the practice of mandatory supervised internship in Social Work, in view to advising the National Training Policy (NAP) of the Association of Education and Research in Social Work (ABEPSS). Particularizes the stage as the boosting moment of the big questions about the meaning attributed to the relationship between theory and practice and the ways in which this relationship is expressed in daily work and highlights the fundamental role that probation supervision assumes the didactic process teaching, able to relate dimensions theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative, which make up the training and professional practice. It is based on historical critical perspective of Marxist / Marxist base, intended to achieve the proposed objective. It is a qualitative study, bibliographic character, involving much of the production theoretically critical of social work available on the subject. From the study it was possible to grasp the existence of many challenges for ensuring the mandatory supervised practice, including, counter-reform of higher education to the transformations in the working world, the profile of the student and the teacher, among others, which arguably have repercussions the teaching-learning process, particularly in the mandatory supervised internship. The results point to the need to think of mandatory supervised internship in Social Work inserted into the real movement, considering the objective and subjective conditions in which it occurs.

Keywords: Social Service; Vocational training; Supervised Internship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS EXPRESSÕES	
CONTEMPORANEAS: a exigência de um novo perfil de trabalhador.....	12
2.1. A Contrarreforma do Ensino Superior no Brasil no atual contexto da crise do capitalismo	16
3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: tendências mais significativas ...	21
3.1. O Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social: desafios postos.....	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O interesse por essa temática surgiu a partir de relatos de discentes em sala de aula, acerca dos seus descontentamentos quanto à experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba em parceria com os campos de estágio, bem como, da nossa vivência enquanto estagiária, momento em que tivemos a oportunidade de vivenciar inúmeras dificuldades na sua operacionalização.

Este artigo, baseado em um levantamento bibliográfico, tem por objetivo analisar os atuais desafios postos à prática do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, tendo em vista o que recomenda a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Política essa que, segundo Ortiz (2014) foi gestada considerando a urgência da construção de uma política nacional que fosse capaz de situar o estágio em Serviço Social a partir da indicação do perfil profissional proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, assim como, orientar professores, assistentes sociais supervisores e discentes quanto ao desenvolvimento do estágio em Serviço Social. Logo, nasceu de uma necessidade concreta que foi o enfrentamento da precarização do ensino superior e da reforma universitária, bem como, a partir de um Plano de Lutas Nacional construído coletivamente pelas entidades representativas do Serviço Social.

Nesse sentido, ressalta a autora acima citada, a PNE consiste em parte fundamental do projeto de formação profissional e do Projeto Ético-Político, visto que organiza e orienta um conteúdo formativo central para a formação, que é o estágio, o qual deve ocorrer em consonância com os princípios ético-políticos, que expressam valores emancipatórios, claramente evidenciados no Código de Ética Profissional de 1993. A PNE se constitui,

num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (PNE, 2009, p 11).

Portanto, o Estágio Supervisionado é um conjunto de atividades que visa relacionar a teoria e prática, isto é, o ensino-aprendizagem, pois o que foi estudado em sala de aula agora se transfere para a prática das atividades no trabalho real. Assim, o discente tem a

oportunidade de entrar em contato direto com o mercado de trabalho, se deparando com as demandas postas a profissão no mundo do trabalho.

Segundo a Lei 11.788, de 25/09/2008 no seu artigo 1º,

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Desse modo, se destaca a importância desse momento na formação profissional do assistente social. Momento este que deve estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, com o Código de Ética de 1993 e com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão.

Em conformidade com o atual projeto formativo dos assistentes sociais o Estágio Curricular Obrigatório se constitui como um elemento essencial no processo de formação, visto que, se configura como um espaço no qual o discente, ao entrar em contato com o cotidiano do trabalho profissional, tem a possibilidade de desenvolver as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Assim,

[...] a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (RESOLUÇÃO CFESS N 533 de 29/09/2008, p.2).

Logo, o estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social passa a assumir centralidade na formação profissional, preconizada nas Diretrizes Curriculares de 1996 para os cursos de graduação em Serviço Social, ora em vigência. Formação esta que busca garantir o ensino-aprendizagem na realização do ensino teórico-prático.

O Curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é oferecido em dois turnos: diurno e noturno. O curso diurno é realizado em 04 (quatro) anos e o noturno em 05 (cinco) anos, no qual predomina discentes trabalhadores.

O Estágio Supervisionado Obrigatório dispõe de uma Coordenação, a qual tem como uma de suas atribuições inserir os discentes nos diversos campos de estágio conveniados com a UEPB, em sua maioria situados no município de Campina Grande, quais sejam, hospitais, Unidades Básicas de Saúde da Família, Organizações Não Governamentais (ONGs), presídios, Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), dentre outros. Estes Campos

recebem em média quatro (04) estagiários, com a obrigatoriedade de cumprirem 08h00min semanais.

Alicerçado nas atuais Diretrizes Curriculares de 1996 para o Curso de Serviço Social, o Estágio Supervisionado Obrigatório nessa Unidade de Ensino Superior assume um papel fundamental no seu Projeto Político Pedagógico, constituindo-se como um momento de aprendizado, no qual os discentes, a partir da realidade de funcionamento das instituições com seus limites e possibilidades, poderão vivenciar o cotidiano da prática profissional do assistente social no enfrentamento das expressões da “questão social”¹, observando a sua realização, delimitando um objeto de estudo, propondo ações, entre outras.

A relevância do estudo está em abordar um tema de suma importância para a formação profissional do assistente social, em meio a uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo, na qual se processam transformações no mundo do trabalho, bem como, uma contrarreforma do ensino superior no país que, certamente, repercute na materialidade do projeto de formação do assistente social, em particular no Estágio Supervisionado Obrigatório.

Dessa forma, esse estudo de caráter bibliográfico, baseado em estudiosos da temática, a exemplo de Guerra, Ortiz, Yamamoto, dentre outros, visa contribuir com o debate na agenda profissional sobre os desafios postos na atualidade para a materialização do estágio supervisionado obrigatório, em sintonia com o atual projeto de formação profissional.

No intuito de atingir os objetivos propostos neste artigo, prioriza-se uma análise fundamentada em uma abordagem qualitativa, tomando como referência o método crítico dialético, o qual permite apreender a realidade numa relação permanente entre o singular, o particular e o geral, captando aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que permeiam o objeto de estudo.

Portanto, a problematização em torno do tema está organizada em seções da seguinte forma: inicialmente, a incursão analítica voltou-se para uma breve discussão acerca da crise estrutural do capital e suas expressões no Brasil, com destaque para o perfil de profissional que o mercado passou a exigir. Em seguida, a análise centrou-se na contrarreforma do ensino superior no país, enquanto uma exigência da atual fase do capitalismo e suas repercussões para a formação profissional em Serviço Social, ressaltando nesse processo o estágio

¹ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO e IYAMAMOTO, 2009, p.77).

supervisionado obrigatório com os seus atuais desafios. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

2. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS EXPRESSÕES CONTEMPORANEAS: A exigência de um novo perfil de trabalhador

O capitalismo, desde sua constituição como meio de produção vem enfrentando sucessivas crises, as quais não se configuram como excepcionalidade que pode ser suprimida no modo de produção capitalista. Portanto, “crise não é um acidente de percurso, não é algo independente do movimento do capital, crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (PAULO NETTO e BRAZ, 2007, p. 157).

Para os autores acima citados, as crises são ocasionadas, muitas vezes, pela grande produção de mercadorias que se torna maior do que a demanda, com isso ocorre à necessidade do capitalista reduzir a produção, ocasionando corte de produtos e, conseqüentemente, de mão de obra, causando desemprego e, fatalmente, menos consumo, o que alimenta o crescimento das desigualdades sociais e econômicas, gerando o agudizamento da pobreza e da miséria.

Segundo Paulo Netto (2010), se antes as desigualdades decorriam de uma escassez do baixo nível de desenvolvimento que as forças produtivas não podiam suprir, na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez processada socialmente. De uma escassez, que resulta necessariamente, da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso.

Assim, na passagem dos anos de 1960 a 1970 o modo de produção capitalista entrou mais uma vez em crise, não conseguindo responder as demandas por crescimento, conformando a primeira recessão generalizada da economia capitalista desde a Segunda Guerra Mundial.

Chega ao fim, pois, o padrão de crescimento que sustentou o pacto de classes expresso no Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), período em que, apesar dos países vivenciarem enormes desigualdades sociais era prometido à população melhorias de vida, pregando-se também a possibilidade de consumo em massa.

Nesse período, denominado de “anos dourados” o crescimento econômico e as taxas de lucro foram asseguradas, mantendo-se o índice de desemprego estacionado e o maior ciclo de crescimento dos países capitalistas. No entanto, no início dos anos 1970, essa ilusão chegou ao seu final, pois a taxa de lucro que vinha bem declinou, a classe trabalhadora expressava suas insatisfações com a produção capitalista e o movimento sindical crescia consideravelmente, contribuindo para que esse processo se fortalecesse.

Para superar essa crise o capital passou a adotar outro padrão de acumulação, o “flexível”, mais conhecido como modelo japonês ou “toyotismo”, que se apoia na “flexibilização” da produção dos mercados de trabalho, nos processos de trabalho dos produtos e padrões de consumo, impulsionado por novas tecnologias.

Segundo Paulo Netto (1996,2010), a flexibilização vem sendo favorecida por uma verdadeira “revolução tecnológica”, expressa na automação, na robótica e na microeletrônica, afetando as forças produtivas. Para o autor, embora dirigida, principalmente, para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista.

Assim, a produção passou a ser modificada constantemente segundo os interesses do momento, isto é, do mercado consumidor. Se antes tínhamos um padrão rígido, agora o capital passa a adotar um padrão flexível, adaptado a nova realidade que surge. Este novo padrão se constitui com o objetivo de alcançar os anseios de seus consumidores, conduzindo a uma diminuição nos estoques de matéria-prima e de outros suprimentos usados nas indústrias, tendo como meta a descentralização da produção e da economia de trabalho vivo, elevando “a composição orgânica do capital”. Com isso, “cresce exponencialmente a força de trabalho excedente em face dos interesses do capital” (PAULO NETTO, 1996, p. 92).

Para Paulo Netto (1996), diante dessa lógica, o que mais se vê é o avanço do setor de serviços e a necessidade de mão de obra qualificada, visto que esse setor cada vez mais se submete à racionalidade do capital, do que decorre, também, a expansão do assalariamento dos trabalhadores e da sua informalidade. Além de uma drástica redução de postos de trabalhos.

Desse modo, tem-se a hipertrofia das atividades financeiras, autonomizadas de controles estatais nacionais, graças às tecnologias de comunicação, de mobilidade espaço – tempo. Ou seja, a tão celebrada globalização econômica.

A estratégia utilizada pelo capital para tomar as rédeas da situação que se agravava com as reivindicações do movimento sindical, foi atribuir a estas a responsabilidade com os gastos públicos. O capital passou, pois, a investir na mudança de localização das unidades de produção, levando as mesmas para as áreas periféricas onde se concentra uma população que vive em condições precárias e sujeitas a maior exploração, seja pela mão de obra ainda mais barata ou pela falta de conhecimento de seus direitos.

Nesse sentido, podemos dizer que o sistema capitalista sempre se reinventa, vestindo novas roupagens, mas tendo o mesmo sentido de exploração do trabalho para obtenção do lucro.

Logo, o novo padrão de acumulação foi adotado, tendo como principal característica o uso de tecnologias avançadas no sistema de produção industrial e pelos meios informáticos e de robótica, os quais reduziram ainda mais o trabalho humano na produção.

Mais do que nunca o capitalismo, nesse momento, segundo Cislighi (2011), necessita da inovação tecnológica para aumentar a composição orgânica do capital, ampliando a produtividade e a apropriação da mais-valia relativa, intensificando a concorrência intercapitalista e, como consequência, centralizando e concentrando cada vez mais o capital.

Para atender a nova demanda da produção se fez necessário um contingente de trabalhadores qualificados para gerirem as novas tecnologias, ou seja, uma “força de trabalho qualificada e polivalente” (PAULO NETTO e BRAZ, 2007, p. 217), necessária para que a lógica do lucro permaneça em ascensão constante.

Sendo assim, o capitalismo necessita da inovação tecnológica para aumentar e ampliar a produtividade, acirrando a concorrência de mercado, concentrando e centralizando o capital. Mas, não é só na produção que o capital vai necessitar de um novo tipo de qualificação para o trabalhador. Faz-se necessário, para adequar a reprodução da sociedade às necessidades da produção, a incorporação de força de trabalho especializada nas instituições que compõem o sistema capitalista moderno, as grandes multinacionais que são responsáveis por grande fatia da produção mundial e ao mesmo tempo pela empregabilidade que se constitui em sua maioria de forma precarizada. Observa-se, pois, que, nesse momento de crise,

O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” etc. (PAULO NETTO e BRAZ 2007, p. 217).

Assim,

[...] diante das atuais necessidades do capital, o trabalhador deve portar as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional. É chamado a desenvolver várias competências e habilidades voltadas ao mercado, portador de valores individualistas e imediatistas, a partir dos quais vale o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado), de formação aligeirada, mas que lhe garanta competitividade e capacidade de se adaptar a esses novos e difíceis tempos. (GUERRA, 2010, p. 724).

Em síntese, no atual contexto de crise estrutural do capital, como bem, destaca Guerra (2010) um novo perfil do trabalhador se gesta na sociedade sob o domínio do capital

financeiro, da sociedade dos imediatismos, da razão instrumental, dos fins que justificam os meios, do presente contínuo e exige capacidade de se adaptar às constantes transformações e às situações cada vez mais precarizadas. Portanto, está em curso a gestão de uma nova cultura do trabalho, uma cultura da adaptação às novas normas da sociedade flexível e de um perfil ainda mais adaptativo de trabalhador.

Para Paulo Netto (1996), portanto, as mudanças no padrão de produção ora em curso vêm provocando impactos no mercado de trabalho, alterando, significativamente, a relação entre excluído e incluído. Introduz novas modalidades de contratação, (mais “flexíveis”, do tipo “empregos precários”), cria novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). A exploração do trabalho se acentua, incidindo sobre o elemento feminino que se tornou um componente essencial da força de trabalho e sobre os jovens. Rebate na estrutura da família e altera o perfil demográfico das populações, dentre outras.

No âmbito da cultura, segundo o autor supracitado, observa-se a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (produção, divulgação, consumo), incorporando as características da mercadoria (obsolescência, programada, fungibilidade), expresso no movimento pós-moderno, no qual a esfera pública universalizadora é desqualificada, não há sociedade somente indivíduos e a própria distinção entre realidade e representações é esfumada.

No plano político, verifica-se que o Estado, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. Tornou-se mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Reduz gastos e enxuga o aparato público. Assim, o capital busca erodir a soberania nacional, fortalecendo a desqualificação do Estado e a defesa do Estado mínimo (neoliberalismo) em prol de uma cultura política anti-Estado. (PAULO NETTO, 2010).

Enfim, para o autor acima citado, houve uma vitória do grande capital, que contribuiu para conter e reverter os avanços sociais dos anos 1960 e início da década de 1970. As propostas socialistas revolucionárias foram desqualificadas. Do ponto de vista econômico, a lucratividade das grandes corporações foi recuperada. Estas vitórias custaram caro para os trabalhadores. Custaram os seus empregos, compressão nos salários, aviltamento do padrão de vida, ataque ao sistema de seguridade social. Pauperização absoluta e relativa da maioria esmagadora da população do planeta. A flexibilização não resolveu nenhum dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital: o alargamento da distância entre o mundo rico e o

pobre. A ascensão do racismo e da xenofobia. A crise ecológica do planeta, portanto, instalou um novo barbarismo.

No Brasil, conforme Paulo Netto (2010) as referidas transformações societárias se processam mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial e pelas particularidades da sua formação econômico-social. A derrota da ditadura do grande capital, instaurada em 1964, não implicou a quebra da dominação burguesa. Não significou ganhos significativos para a massa da população. A constituição de 1988 viu-se colocada na contracorrente, tornou-se alvo do grande capital. Aqui não há um WelfareState a ser destruído, a efetividade dos direitos sociais é residual. Não há maiores despesas nos gastos sociais. A desregulamentação e flexibilização se traveste de solidariedade (não de individualismo), de competência (não de rentabilidade) e de justiça (não de redução de cobertura). Aqui, portanto, se instalou um neoliberalismo escamoteado, mais leve. Diferentemente dos países centrais, se conjugou o velho com o novo, dando origem a “uma ordem tardo-burguesa periférica”. Cenário econômico e sociopolítico nada favorável.

Enfim, o Estado brasileiro, atendendo aos apelos do capital, consolida um processo de contrarreforma que atinge consideravelmente as políticas sociais, dentre estas a política da educação, a qual passa a atender as exigências impostas pelo mercado de trabalho, ou seja, as necessidades do capitalismo atual.

Portanto, busca adequar o ensino superior aos interesses do mercado, numa clara adesão a lógica da mercantilização, expressa na tendência da privatização e da produtividade acadêmica e, sobretudo, no privilegiamento de uma formação em sintonia com os interesses mercantis.

2.1 A Contrarreforma do Ensino Superior: exigência da atual fase do capitalismo

É inconteste que desde os anos 1990, a universidade brasileira, como já ressaltou Cislighi (2011), vem passando por uma contrarreforma, parte desta do Estado, que busca adequá-la às necessidades do capitalismo, na sua atual fase de crise estrutural. Realidade esta que tem afetado, consideravelmente, as universidades públicas por meio de mudanças curriculares, super-exploração do trabalho docente, financiamento por contratos de gestão, dentre outros aspectos. Portanto, novas demandas são colocadas para as universidades.

Contudo, vale ressaltar que a necessidade de um novo perfil da força de trabalho formada nas universidades, de um novo perfil das pesquisas, financiadas e determinadas pelos interesses do mercado, bem como da racionalização de recursos públicos, fazem parte da

estratégia mundial do capital na busca pela superação da crise que ora vivencia, segundo a autora supracitada.

Para Chauí (2003, p. 5), “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. A atual configuração do ensino superior visa transformar a universidade que é tradicionalmente uma “instituição social” voltada para a universalidade, ou seja, tendo a sociedade e seus valores como referência e a sua produção qualificada sob critérios da sua relevância social, em uma organização social. Logo, ao ser convertida em organização social, a universidade torna-se referência de si mesma. Orientada pela lógica de mercado, valoriza o quanto se produz, em quanto tempo e qual o custo do que é produzido.

Assim, conforme Cislighi(2011), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira(LDB)aprovada em 1996² prevê a diversificação das modalidades de ensino superior o que de certa forma favoreceu as universidades privadas, que puderam expandir cursos sequenciais e ensino à distância.

Seguindo as receitas prescritas pelo Banco Mundial, o governo brasileiro nos anos 2000, dando continuidade ao que já vinha sendo construído no Brasil,passa a implementar ações que buscam uma nova organicidade para o modelo de educação no país, por meio, sobretudo, da expansão mais acelerada do acesso ao nível superior de ensino.

Porém, atendendo a uma demanda por trabalhadores sem uma formação crítica e reflexiva, bem como com uma profunda redução do enxugamento do ensino superior na esfera pública e um constante avanço do ensino técnico e superior na esfera privada.Chaves; Lima; Medeiros (2006. p.3), comentam que a

[...] flexibilização na oferta do ensino superior fortaleceu-se com a construção de um consenso sobre a ineficiência e ineficácia dos serviços públicos em geral. No caso específico da universidade pública, ganhou força o argumento da necessidade de diversificação das fontes de financiamento, via setor privado, e o fortalecimento da expansão do ensino superior privado, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, [...].

Desse modo, podemos dizer que se fortaleceu a contrarreforma universitária nacional, partindo da necessidade de acelerar as inovações tecnológicas, associada à ampliação da participação do capital privado no ensino superior, como um espaço gerador de lucro. A necessidade de um novo perfil da força de trabalho formada nas universidades, alimentadas pelas necessidades do mercado,se justifica pela constante tentativa de superar as crises.Assim,

² A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional(público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior).

De acordo com essa concepção a responsabilidade pela crise econômica dos países capitalistas é do próprio Estado que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, diferente do setor privado que desenvolve as atividades com eficiência e qualidade. Esse argumento vem sendo utilizado para justificar a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, em especial na oferta dos serviços sociais à população. (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2006. p. 2)

Com o desenfreado desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ter acesso à educação para qualificação da força de trabalho é uma demanda do próprio capital, pois o novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise mais profunda, impõe novas configurações na relação público/privado, de modo que o modelo da educação superior no Brasil prescinde da análise dessa relação. “Os novos traços que marcam a educação são expressão do movimento do capital rumo à recuperação de sua taxa de lucro.” (GUERRA, 2010, p.724).

Para a autora acima citada, a crise atual do capital, com suas novas e antigas determinações, impõem metamorfoses ao mundo do trabalho, o que, necessariamente, exige um perfil de profissional funcional a essa etapa do capitalismo.

No período ditatorial, portanto, foi ampliado

[...] significativamente o número de vagas para a educação superior no país, principalmente pela expansão das universidades federais e por uma extensa gama de incentivos à iniciativa privada. Com Fernando Henrique demarca-se a expansão do setor privado empresarial. Atualmente, há uma larga hegemonia do setor privado no que concerne aos cursos de graduação. Por outro lado, a Pós-graduação *stricto sensu* encontra-se majoritariamente em instituições públicas e financiadas por agências estatais. Em princípio, por meio de uma análise rápida e superficial da situação, parece haver uma incoerência entre a exigência de excelência do sistema da Pós-graduação *stricto sensu* e a mediocrização do ensino na formação graduada. Mas essa ambiguidade é mera aparência, já que ambos estão submetidos à lógica do mercado e aos interesses do empresariado. (GUERRA, 2010, p.724).

Nas décadas de 1960 a 1980 foi concebida a ideia de que a educação era uma mercadoria, a qual quem quisesse poderia pagar para obter a formação superior que desejasse, isso fez com que o Estado investisse nas privatizações com desvio de verbas públicas, abrindo assim, as portas para o novo mercado das universidades privadas, principalmente nas décadas posteriores. Essas passaram a oferecer cursos superiores com parcerias das universidades públicas, através de campanhas federais de inclusão. E para isso foram incrementadas várias formas de financiamento para o ingresso em uma universidade, com programas do governo federal que investe fortemente neste mercado.

Nesse sentido, podemos ressaltar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007.

Segundo o decreto, o objetivo do Programa, seria a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior através do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

Para tanto, tem como diretrizes prioritárias a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem; diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada para a profissionalização precoce e especializada; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

A medida em que as instituições públicas ganharam mais incentivos por parte do governo, o financiamento público para as instituições privadas aumentou gradativamente, por meio do PROUNI e da ampliação do FIES.

O PROUNI, conforme, Guerra (2010),

foi criado pelo governo Lula em 2004, visando atender as universidades privadas, tendo como finalidade a concessão de bolsas de estudo (integrais ou parciais) não apenas em cursos de graduação, mas também em cursos sequenciais. As instituições de ensino superior privada que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

Desse modo, percebe-se uma intensa privatização do ensino superior, bem como, o crescimento do número de incentivos públicos na esfera privada alimentando uma perspectiva de uma formação acrítica, mascarada por uma ideia de que o ensino está sendo levado a um maior número de estudantes que buscam formação.

Para a manutenção do citado programa, conforme Guerra (2010),

o governo instituiu o FIES, o qual tem duas modalidades: 1) a fiança solidária: os candidatos a esse tipo de financiamento se associam a grupos de três a cinco estudantes que se tornam fiadores entre si. Isentos da necessidade de comprovação de renda, os participantes se responsabilizam mutuamente pelo pagamento das prestações de todos os integrantes do grupo; e 2) a fiança tradicional, ou seja, a garantia dada por fiadores habilitados junto à Caixa Econômica Federal, que é o agente financeiro do fundo.

Portanto, para a autora acima citada, essa mercantilização do ensino superior é colocada de forma distorcida, como democracia no acesso à educação superior no Brasil, mas na verdade expressa a lógica de precarização e de banalização da oferta do ensino superior no país. É no âmbito de tal lógica que

[...] surgem os cursos à distância, que não se destacam pela utilização de novas tecnologias, senão pelo uso de material sucateado e de má qualidade, comprometendo inteiramente o perfil de profissional que se deseja. O ensino a distância oferecido pelas universidades privadas são os novos nichos de mercado cobiçado por empresários de vários setores nacionais e estrangeiros. (GUERRA, 2010, p.728).

Logo, observa-se que essa lógica é implementada para atender a necessidade do modo de produção vigente, que almeja avançar e se perpetuar em um cenário de transformações societárias devastadoras que a todo custo impõe uma ideologia massificante, capaz de moldar trabalhadores para o mercado em concomitância com a contrarreforma imposta pelo Estado e pelo capital.

Assim, a ideia hegemônica presente na condução da educação no Brasil é que a sua "democratização" deve atingir essa mesma lógica, através de investimentos maciços no setor privado, privilegiando os interesses econômicos do grande capital e reforçando sua estrutura dominante e ao mesmo tempo excludente.

A política educacional dos últimos governos, diga-se do Partido dos Trabalhadores (PT) aprofundou as chamadas parcerias público-privadas, representando a privatização mascarada.

Segundo Lima (2004, p.1), o governo Lula apresentou um "neoliberalismo requentado" como proposta para expansão de vagas no ensino superior, utilizando as instituições privadas ou o ensino à distância (EAD).

Nessa mesma linha argumentativa, Chaves; Lima; Medeiros (2006) comentam que a política de expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas reflete, de um lado, a omissão dos governos em relação à expansão das instituições públicas, criando uma reserva de mercado para o setor privado. Por outro lado, é recorrente a liberalização e desregulamentação desse setor que tem encontrado facilidades para expandir, por meio da adoção pelo Estado brasileiro de uma série de mecanismos, a exemplo da liberalização dos serviços educacionais, isenções tributárias, isenção da contribuição previdenciária das filantrópicas, isenção do salário educação, bolsas de estudo para alunos carentes por meio do programa do Crédito Educativo hoje transformado no FIES, empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o PROUNI, dentre outras formas de estímulo.

Enfim, nessa lógica de consumo e perpetuação do modelo capitalista a educação pública de nível superior tem sido vista em muitos casos como gasto público e não como investimento no futuro de um país que emerge como potência mundial. Logo, para Chauí (2003, p. 11),

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

Diante do exposto, podemos dizer, pois, que a contrarreforma que ora vem sendo implementada na universidade brasileira é, como também ressalta Cislighi (2011), frontalmente contraditória ao projeto de formação profissional do assistente social, que compõe o Projeto Ético-Político hegemônico da profissão, não apenas com a ampliação do ensino privado, mas com as profundas alterações em curso no ensino superior público.

Pois, “o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais” (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Dessa forma, as atuais exigências impostas pelo mercado de trabalho e o atual cenário do ensino superior no país, vem provocando enormes desafios à formação profissional em Serviço Social, o que veremos a seguir.

3. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: tendências mais significativas.

Desde seus primórdios até os dias atuais, o Serviço Social tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil. Seu significado social se expressa na sua inserção da contradição entre capital e trabalho, atuando nas sequelas das expressões da questão social, que nesse momento de crise capitalista se aprofundam significativamente. Seguindo as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira,

[...] a profissão passou por mudanças e necessitou de uma nova regulamentação: a lei 8662/93. Ainda em 1993, o Serviço Social instituiu um novo Código de Ética, expressando o projeto profissional contemporâneo comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. (CEFESS, 2014, p. 01)

O Serviço Social, recebendo os influxos do movimento histórico da sociedade brasileira, vem passando por redefinições, principalmente, no que se refere ao seu projeto de formação. Para Ortiz (2010, p. 206),

Em uma palavra, nunca a luta pela formação nos moldes defendidos pelo projeto de

formação profissional e pelas Diretrizes Curriculares da ABESS (posteriormente tratada por ABEPSS) foi tão central como é agora! Trata-se de um campo claramente disputado pelos diversos setores da categoria profissional e percebido como fundamental para a garantia da hegemonia do projeto ético-político.

O processo de formação e instituição da profissão se constituiu de uma forma crítica, repensando sua prática, suas demandas, em uma busca constante dos meios necessários para uma atuação em consonância com as demandas e sua legislação, colocando como eixo central do projeto profissional a ética, enquanto atividade humana, capaz de construir e direcionar práticas e valores. Como destaca Barroco (2008, p 201),

Ao indicar a centralidade do trabalho na (re)produção da vida social, o Código revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania.

A formação profissional do assistente social tem assumido ao longo da trajetória da profissão no Brasil, um papel significativo. Desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em fins de setembro de 1979, o denominado “Congresso da Virada”, o qual “traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social” (PAULO NETTO, 2009, p.663), a formação profissional adquire considerável prioridade, seja na sua dimensão acadêmica (com o crescimento das pesquisas e pós-graduação), seja na suas dimensões político-organizativas (por meio do debate profícuo e ações de suas entidades organizativas). Tal preocupação se explicita de modo sistematizado no processo de formulação, aprovação e posterior implantação das Diretrizes Gerais da ABEPSS de 1996 (ABEPSS/CFESS, 2011).

Preocupação essa que já se expressava no Currículo Mínimo de 1982, o qual teve o cuidado de inserir a perspectiva de uma nova proposta para a prática profissional (que já estava sendo construída), tendo como um dos objetivos o rompimento da vinculação com a ideologia dominante, na tentativa de orientar a prática de acordo com os interesses dos usuários (CASTRO E TOLEDO, 2011).

Assim, a formação profissional, aprofundando o debate sobre a tradição marxista na busca pela superação das fragilidades teórico-metodológicas que estiveram presente desde a constituição do Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, passa a assumir uma direção com ênfase no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente, no âmbito das relações de classe na sociedade brasileira.

Portanto, a profissão a partir daí passa a priorizar uma direção social para o projeto de formação, vinculada a uma preocupação com a prática e sua repercussão na vida dos usuários, exigindo cada dia mais um profissional alinhado como perfil preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS, que foi construída com forte participação das Unidades de Formação Acadêmica de Serviço Social de todo Brasil, contendo o número de aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais (unidades de formação acadêmica), 25 (vinte e cinco) regionais e 02 (duas) nacionais.

Perfil profissional esse que, segundo o projeto de formação profissional do assistente social de 1996, seja um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnico-operativa, e ético-política. Competência que vai além de conhecimentos teóricos. Requer questionar valores, repensar compromissos. Para tanto, são necessárias não apenas leituras e exercícios, mas também estar em contato com o outro, debatendo. Logo, esse profissional deve possuir formação intelectual e cultural generalista crítica, ser competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. O estágio supervisionado é um dos elementos pedagógicos que colaboram para fomentar esse perfil do futuro profissional, segundo as Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS (ABEPSS/CFESS2011).

Assim, a materialização do referido projeto de formação, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996, com aprensão de construção de um determinado perfil profissional, somente foi possível pela maturidade intelectual que o Serviço Social alcançou ao longo dos anos 1980 e 1990, a qual se evidencia na sua significativa produção teórica, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas transformações ocorridas no exercício profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Logo, foi um processo de luta da categoria para constituir os parâmetros político-pedagógicos na área de Serviço Social, provando que é preciso avançar sempre rumo a conquistas mais efetivas, no que tange a prática profissional em um cenário de contrarreforma do ensino superior no Brasil.

Contudo, vale ressaltar, que o cenário atual tem colocado diversos desafios tanto para a prática profissional do assistente social, quanto para a materialização do seu projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996. Para Guerra (2010, p. 719),

Comparece hoje nos espaços laborais do assistente social o crescente aumento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho, o que caracteriza o pluriemprego, bem como se observa a inserção sócio profissional em duas ou mais políticas sociais, rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, jornada de trabalho extensa (cumprir carga horária de mais de dez horas diárias de trabalho), além do sobretrabalho ao qual a mulher encontra-se submetida.

Nessa conjuntura, as tendências que ora se expressam na Política Nacional de Educação Superior no país repercutiram fortemente na proposta das Diretrizes Curriculares de 1996, quando o Ministério da Educação (MEC) descaracterizou e esvaziou a concepção original de formação e orientação crítica. Ou seja, quando da sua homologação no dia 04 de junho de 2001, as citadas Diretrizes sofreram uma considerável descaracterização, principalmente, no que se refere à direção social da formação profissional, nos conhecimentos e habilidades preconizados e tidos como essências no desempenho do assistente social.

Nesse sentido, pode-se dizer que as configurações do ensino e do perfil do profissional de Serviço Social passam a atender à lógica do mercado, formando profissionais necessários ao processo de reprodução ampliada do capital.

A formação nessa conjuntura passa a ser um nicho de lucratividade, contribuindo massivamente para o avanço dos cursos de Serviço Social à distância a partir de 2006, com destaque para o ensino privado.

Com certeza, o sucateamento das universidades públicas e a proliferação dos cursos privados são amplamente debatidos e combatidos pela categoria profissional. A defesa do ensino de qualidade, público, laico, referenciado se faz presente desde a formulação do projeto de formação profissional na década de 1990.

O capitalismo em curso apresenta suas ferramentas de convencimento, alimentando um ideário de consumo cada vez mais crescente em que

A educação superior à distância é apresentada como elemento significativo para criação de fetiche da ampliação do acesso e do aumento no índice de escolarização, mascarando dois fenômenos que vêm ocorrendo nos países periféricos: o aligeiramento da formação profissional e o processo de certificação em larga escala. (ABEPSS/ CFESS, 2011, p. 788).

Segundo Yamamoto (2003), para se pensar a construção de um novo projeto de formação profissional foi decisivo enfrentar a problemática desse contexto universitário, ao mesmo tempo em que é preciso pensar uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas.

Assim, “a formação profissional é um projeto elaborado coletivamente, articulado, que envolve comprometimento com uma direção que tenha definido que *tipo de profissional se pretende formar; para que formar; para quem formar*” (ABESS/CEDEPSS, 1997 apud ABEPSS/ CFESS, 2011, p. 794).

Para Yamamoto (2008), a investigação é central tanto na formação como na prática profissional. É a pesquisa que permite o conhecimento da realidade onde se atua, fazendo parte das funções precípua da universidade, que não pode se limitar a ser mera transmissora de conhecimentos e formadora de força de trabalho especializada.

Desse modo, os princípios e diretrizes que compõe a legislação profissional têm como objetivo permear toda a prática profissional, determinando caminhos e direcionando atitudes que sejam capazes de fortalecer a profissão e ao mesmo tempo atender adequadamente as demandas que surgem. Essa compressão é alicerçada no período de formação profissional, durante o período de estágio, em que o aluno passa pela observação e envereda pelos primeiros passos da prática profissional, enquanto atividade que também enfrenta os desafios da lógica mercantil presente no ensino superior do país.

3.1. O Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social: desafios postos.

O estágio na formação profissional do assistente social na atualidade tem como referência a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão; o Código de Ética Profissional de 1993; a Resolução CFESS/CRESS nº 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social e a PNE, instituída pela ABEPSS no ano de 2009, e assume centralidade no projeto de formação.

É, pois, um momento na formação profissional em que o aluno consegue ultrapassar as barreiras impostas pelos conteúdos e suas complexidades, de forma que o mesmo lhe propicie uma adequada aproximação entre teoria e prática, rompendo com a visão pré-concebida, de forma preconceituosa de que “na prática a teoria é outra”.

Para Santos (2010, p. 5)

[...] teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira a da “possibilidade” e o da segunda a da “efetividade”. Transmutar da possibilidade à efetividade requer mediações objetivas e subjetivas que se relacionam.

Nesse sentido, o estágio (prática) tem como objetivo unir ou ainda aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos em sala (teoria) e não para separá-los, pois

[...] para desfazer esse equívoco, reafirmamos, a necessidade de pensar teoria e prática como unidade, embora com características diferenciadas, mas que só se realizam em interação mútua, ou seja, como totalidade (ASSIS E ROSADO, 2012, p. 204).

Sendo assim, o processo de ensino-aprendizagem que parte da observação, registro, análise e acompanhamento com ênfase permanente na avaliação, necessita superar o momento de dúvidas, questionamentos e incertezas, que ao longo da formação foi se constituindo na vida acadêmica do futuro profissional.

É aí que se torna indispensável o papel do supervisor de campo, pois é ele quem orientará o acadêmico para o conhecimento e uso dos instrumentos técnicos-operativos que durante o período formativo foram estudados, criando assim uma ligação entre o seu papel e o do supervisor acadêmico, fortalecendo uma formação conjunta no que se refere ao estágio obrigatório. Para Oliveira (2004, p.68),

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

Este momento é único, pois capacita o discente a uma postura crítica e reflexiva, proporcionando ainda a inserção na prática profissional, em um cenário de mudanças e características concretas e contraditórias. Segundo Buriola (2001, p.13),

O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente.

O Estágio Curricular Obrigatório no ensino superior do Brasil se coloca como uma importante ferramenta que desempenha uma dinâmica entre ensino e aprendizagem, relacionando-os, pois esse processo se apresenta como de extrema importância na formação dos assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, isto é, nas mais diferentes políticas públicas.

Foi somente a partir da década de 1980 que o estágio supervisionado em Serviço Social passou a ser considerada uma disciplina, vinculada à prática profissional, com o currículo mínimo de 1982, conforme o Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e a Resolução nº 06 de 23/09/82.

As Diretrizes Curriculares de 1996 para o Curso de Serviço Social normatiza o Estágio Supervisionado e o define como “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no

ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008).

O estágio supervisionado é tido como um momento privilegiado na formação do assistente social, pois faz parte do processo de capacitação para o exercício profissional. Os locais de campo de estágio para o aluno de graduação do curso de Serviço Social pode ser nas mais diferentes instituições, sendo elas voltadas ao atendimento social, de caráter público ou privado, entre outros.

O objetivo do estágio supervisionado é capacitar o aluno em formação para realização do exercício profissional, através das mediações entre a teoria obtida na formação acadêmica e a prática na realidade social, a qual se faz utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. O estágio supervisionado em Serviço Social, portanto, é

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.71).

A Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social considera

[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS, 2008, p. 02).

Nesse processo de ensino-aprendizagem, parte-se do pressuposto de que o estágio é composto por três integrantes, sendo dois supervisores os quais um é profissional do Serviço Social atuante na instituição a qual será realizado o estágio, recebendo o nome de “supervisor (a) de campo”, um docente de Serviço Social que esteja ligado a Instituição de Ensino Superior chamado “supervisor(a) acadêmico(a)” e o aluno graduando. Juntos essa tríade deve trabalhar na perspectiva de nortear o projeto pedagógico, sem nunca se isolarem um do outro, pois diante desse acontecimento certamente ocorrerá uma ruptura deste processo, prejudicando a cooperação para o sucesso do estágio que almeja capacitar o aluno no seu exercício profissional (CFESS, 2008).

Então, para realização do estágio se faz necessário um relacionamento correto do ponto de vista ético e profissional entre esses três atores participantes, além de se engajarem no planejamento desta atividade, que é a ação primordial a ser desenvolvida no estágio, se baseando no ponto de vista pedagógico e na ação profissional (CFESS, 2008).

A Lei de Regulamentação da Profissão, n.º 8.662, de 07 de junho de 1993 e o Código de Ética do Assistente Social, do mesmo ano, trazem a temática do estágio supervisionado ao se remeter ao importante papel do supervisor nesse itinerário, através da avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social, pois esta é uma atribuição privativa do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais.

Nesse sentido, o processo de supervisão de estágio em Serviço Social articula formação e exercício profissional e configura-se pelo trabalho do assistente social na docência e nos campos de estágio, cabendo aqui planejá-lo, para dar suporte aos supervisores quanto às diretrizes da ação do estágio. Sendo essa ideia formada de maneira clara, condiciona os alunos para que respondam de maneira satisfatória aos supervisores, se distanciando do imediatismo, ou seja, da mera execução de tarefas.

Segundo Assis e Rosado (2012), o momento de operacionalização do estágio possibilita que todas as dimensões da formação profissional e todos os conteúdos trabalhados pelas disciplinas coloquem-se em articulação permanente. Assim, será possível romper as barreiras impostas, que dificultam e impedem que em muitos casos o estágio seja um momento não só de aprendizagem, mas também de troca de experiências entre todos os envolvidos nesse processo. Ou seja, a formação profissional na atualidade deve desenvolver nos profissionais a competência para criar e inovar, tal característica profissional parte das problemáticas apontadas no campo de estágio, nas primeiras experiências profissionais.

Contudo, não se pode omitir que o estágio tem a sua operacionalização atravessada pelos influxos que a contrarreforma do ensino superior no país vem provocando, ou seja, a lógica mercantil presente em todas as esferas da vida social.

Na sua operacionalização observa-se, pois, como um grande desafio o perfil dos discentes, que na maioria são trabalhadores, oriundos dos extratos mais empobrecidos da sociedade, “com um visível empobrecimento do universo cultural” (PAULO NETTO, 1996, p.110). O próprio perfil dos docentes que não se diferencia muito do perfil dos discentes, as condições de trabalho impostas aos assistentes sociais, as precárias condições do trabalho docente, o sucateamento das instituições, o desmonte das políticas, o agudizamento das expressões da questão social, dentre outras.

Buriolla (2008), referindo-se as instituições de ensino e as unidades concedentes de estágio comenta que muitas destas instituições não oferecem condições adequadas de estágio. Em muitos estágios a prática profissional é desvirtuada, há desinformação e desintegração entre Unidade de ensino e Unidade campo de estágio e supervisores e supervisionados sentem-se explorados e usados como mão de obra barata, dentre outros.

Vale ressaltar, conforme Vasconcelos (2009, p. 64-65), que

A formação profissional deve, portanto, estar atenta aos desafios profissionais contemporâneos, colocando-se em permanente construção, não podendo estar deslocada da realidade do trabalho profissional. Por outro lado, a formação profissional não se encerra, mas se inicia, na graduação, devendo ser continuamente construída por meio da participação dos (as) profissionais em grupos de estudos científicos, cursos de pós-graduação, dentre outros espaços relevantes para o aprofundamento da capacitação dos sujeitos profissionais.

Os desafios são enormes para a consolidação de uma formação sintonizada com o Projeto Ético-Político Profissional, visto que, esta é chamada a estar sempre em constante efetivação, buscando o novo, com vistas a um agir profissional voltado não somente para atender as demandas do mercado, mas, sobretudo, para melhor prestação de serviços para os usuários dos mais diversos serviços públicos e privados.

Para que esses serviços sejam, segundo Vasconcelos (2009), de qualidade o profissional necessita de uma formação também com qualidade e esta se inicia na graduação e se perpetua durante todo o agir profissional, ultrapassando as mais diversificadas problemáticas enfrentadas no período formativo, como as condições físicas e horários que não são favoráveis a supervisão, diálogo e troca de profissionais envolvidos na formação dentre outros. Contudo,

Isto traz profundas implicações para a qualidade dos processos de estágio e de supervisão, manifestando-se, dentre outras situações, nos seguintes problemas: recorrente dificuldade de assegurar uma aproximação mais intensa entre as unidades de formação acadêmica e os campos de estágio; fragilidades no planejamento e sistematização da supervisão; dificuldades para a realização de supervisões conjuntas devidas à indisponibilidade de carga horária de docentes e de supervisores (as) de campo para participarem de encontros na universidade e no próprio campo de estágio; excessiva quantidade e diversidade de campos de estágio para os (as) professores (as) supervisionarem concomitantemente; precariedade da estrutura física de alguns campos de estágio; [...] mudanças nos (as) assistentes sociais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo durante o processo de estágio; [...] (Silva, 2005 apud Vasconcelos, 2009, p. 72)

Para Vasconcelos (2009), portanto, o excessivo leque de compromissos que se submetem os profissionais na atual conjuntura maximiza os efeitos causados pelo avanço dos ideários capitalistas, que faz do profissional um polyvalente em potencial seja qual for sua área de atuação e no serviço social essa lógica não é diferente, desde o período formativo.

O embate entre o projeto capitalista e a formação profissional, segundo Iamamoto (2004), deve ter como resultado o alinhamento necessário entre lucro e a fetichização do trabalho. Para a autora, reside aí a necessidade de que a reformulação de um projeto de formação profissional esteja afinada com o novo perfil da demanda profissional no mercado de trabalho, detectando-o e decifrando-o para que se possam qualificar profissionais que, não só confirmem sua necessidade, mas sejam capazes, sobretudo, de responder crítica e criativamente aos desafios postos pelas profundas transformações incidentes nas esferas da produção e do Estado.

Enfim, a contrarreforma do ensino superior no Brasil, e suas consequências perante a formação em Serviço Social, articulam-se aos interesses do mercado e sua lógica de consumo, sendo notadamente percebido através do avanço de instituições privadas de ensino, que passam a ser utilizados cada vez mais como instrumento ideológico em prol do pensamento dominante, fornecendo uma formação cada vez mais técnica e empobrecida de uma dimensão humana, crítica e social, com vistas a uma sociedade mais igualitária em termos de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível ressaltar que o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social é fundamental para a formação de um profissional qualificado, visto que se trata de um processo no qual se vivencia a relação entre teoria e prática, bem como, o cotidiano da prática profissional.

O estágio é, pois, componente central no processo de formação profissional do assistente social. Destaca-se, por ser um momento da formação de indispensável importância, pois é nele que o futuro profissional absorverá os conhecimentos que embasarão sua prática profissional futura, cabendo ao estagiário e aos seus supervisores uma corresponsabilidade na construção de conhecimentos alicerçados na ética profissional, nas Diretrizes Curriculares de 1996 e na Lei de Regulamentação da Profissão.

Contudo, os desafios postos ao estágio e a supervisão expressam os rebatimentos do contexto atual de crise do capitalismo, no qual se vivencia uma contrarreforma do Estado e do ensino superior no país, transformações no mundo do trabalho, no perfil do alunado e do docente, dentre outras.

O percurso do estágio muitas vezes não é feito de forma tranquila, pois enfrenta grandes desafios quando se trata dos espaços e campos de estágio, dos profissionais que se disponibilizam a aceitar alunos e ao mesmo tempo da importância do compromisso ético e profissional de todos os envolvidos nesse processo de ensino aprendizagem.

A abertura dos campos de estágio tem sido um grande desafio, principalmente, quando nos remetemos aos compromissos e atividades obrigatórias que envolvem toda a longa jornada que estão submetidos os profissionais em seus espaços sócio-ocupacionais.

A supervisão acadêmica é outro desafio, pois a disponibilidade dos profissionais em acompanhar adequadamente os estagiários ainda é desafiante, no que tange aos dias e horários para encontros periódicos de formação e orientação, pois muitas são as atividades da vida acadêmica e em virtude disso muitos alunos saem da universidade sem a formação adequada ou pelo menos desejada, para enfrentar o cotidiano profissional.

Neste sentido, chamamos a atenção para os desafios postos à formação profissional do assistente social no cenário atual, considerando não apenas as questões de natureza didático-pedagógica, mas, sobretudo, para aquelas de caráter macrosocietário.

Logo, na atual conjuntura não se pode perder de vista que o estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social deve ser apreendido e inserido no movimento do real, considerando as condições objetivas e subjetivas nas quais ele ocorre, pois não é possível pensá-lo deslocado da totalidade social.

Finalmente, mas sem nenhuma pretensão conclusiva, pretendemos oferecer uma contribuição para o processo de formação profissional dos assistentes sociais, ao levantar questionamentos sobre a qualidade do ensino das nossas universidades públicas e a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social, além de afirmar uma posição política contrária ao neoliberalismo e todas suas investidas sobre a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação profissional Documento ABESS/CEDEPSS (No. 1995). In: Revista Serviço Social e Sociedade. N. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p 143 – 171.

ABEPSS/ CFESS. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 108, São Paulo: Cortez, 2011, p. 785-802. Disponível em:< <http://www.scielo.br/readcube/>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso: 05 de maio de 2015.

ABESS/CEDEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Em Serviço Social – Abepss**. 1997. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. In: **Revista. Katálise**, v. 15, n. 2, Florianópolis: Editora Catarina Maria Schmickler, 2012, p. 203-211. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/05.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2015.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2008/11788.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** (LDB 9394/96). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Decreto 6096, de 24 de abril de 2007 - REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2014.

BURIOLA, Marta A. F. **O Estágio Supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro; TOLEDO, Sabrina Navarro. A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: **LIBERTAS**, v. 11, n. 2 (2011). Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/issue/view/145>>. Acesso: 22 de abril de 2015.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Resolução 533/2008. **Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso: 22 de abril de 2015.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 273/1993**. Alterações produzidas pelas Resoluções CFESS, 293/94, 333/96 e 594/11. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 2011.

_____. **Lei 8.662/1993**, que regulamenta a profissão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 03 fev. 2015.

_____. **Parecer CFE nº 412**, de 04.08.1982. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/diretrizes-curriculares-abepss1378307431.html>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

_____. **Resolução nº 06**, de 23/09/82. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. Serviços: Perguntas frequentes. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/servicos_perguntas.php>. Acesso em: 03 abr. 2015.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. **Conferencia de abertura da 26ª reunião Anual da Anped**, Poços de caldas /MG, 5 out. 2003. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/apesjf/unipub.html>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob – UFPA Rosângela Novaes Lima – UFPA Luciene Miranda Medeiros – UFPA. **Reforma da Educação Superior Brasileira - de Fernando Henrique Cardoso à Luiz Inácio Lula da Silva**: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira*. 2006. Disponível em: <http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contra-reformas do ensino superior; o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, N. 106. São Paulo; Cortez, 2011, p. 241-266.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 104. São Paulo: Cortez, 2010, p. 715-736.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade** n. 120. São Paulo: Cortez, 2014, p. 609-639. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Kátia. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo: Xamã, 2004.

PAULO NETTO, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social- notas para uma análise prospectiva da profissão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, Ano São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

_____. III CBAS; algumas referências para a sua contextualização. In; **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 100. São Paulo: Cortez, 2009, p.650-678.

_____. Uma face contemporânea de barbárie. In: **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**, Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: **Serviço Social: Temas, Textos e Contexto.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010, p.1-16.

_____. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados.**In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 80. São Paulo: Cortez, 2004 p. 59-81.

ORTIZ, Fátima Grave. A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: avanços e desafios. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, n.27. Brasília: ABEPSS, 2014, p. 203-219.

_____. **O Serviço Social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes,** Rio de Janeiro: E-papers/FAPERJ, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio Curricular em Serviço Social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, n.17. Brasília: ABEPSS, 2009, p. 61-82.